



Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao **1º Grau** de Jurisdição

PLANO DE AÇÃO 2018-2020

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

ABRIL DE 2019

COMPOSIÇÃO 2018-2020

A Portaria Conjunta 67, de 3 de julho de 2018, designou os membros para compor o Comitê Gestor Regional de Atenção ao Primeiro Grau de Jurisdição – CRAP, com mandato de período coincidente ao da gestão bienal, conforme abaixo:

Membros Titulares

Juiz de Direito Giordano Resende Costa

Magistrado indicado pelo Tribunal, que presidirá o Comitê

Juíza de Direito Gislaíne Carneiro Campos Reis

Magistrado escolhido pelo Tribunal, dentre os nomes constantes da lista de inscritos

Juiz de Direito Substituto Paulo Afonso Correia Lima Siqueira

Magistrado eleito por votação direta entre os magistrados do primeiro grau

Servidora Kátia Santana de Souza Prates

Escolhida pelo Tribunal dentre os nomes constantes da lista de inscritos

Servidor Alexandre José Tavernard Lima

Eleito por votação direta, dentre os servidores constantes da lista de inscritos

Membros Suplentes

Juiz de Direito Júlio Roberto dos Reis

Magistrado suplente indicado pelo Tribunal, que presidirá o Comitê na ausência do presidente titular

Juiz de Direito Márcio Evangelista Ferreira da Silva

Magistrado suplente escolhido pelo Tribunal dentre os nomes constantes da lista de inscritos

Juíza de Direito Keila Cristina de Lima Alencar Ribeiro

Magistrada suplente eleita por votação direta entre os magistrados do primeiro grau, dentre os nomes constantes da lista de inscrição

Servidor Rafael Alcanfôr de Pinho Silva

Suplente escolhido pelo Tribunal dentre os nomes constantes da lista de inscritos

Servidor Tiago Carneiro Rabelo

Suplente eleito por votação direta, dentre os servidores constantes da lista de inscritos

Participação das Associações

Juíza de Direito Yeda Maria Morales Sanchez

Magistrada indicada pela AMAGIS-DF

Servidor Saulo Ferreira Rocha;

Indicado pela ASSEJUS- DF

PLANO DE AÇÃO 2018-2020

O Plano de Ação compreende **28 ações** pensadas para o atendimento dos objetivos de cada uma das **nove linhas** de atuação do Comitê, dispostas na Resolução 194 do CNJ:

- Alinhamento ao Plano Estratégico;
- Equalização da Força de Trabalho;
- Adequação Orçamentária;
- Infraestrutura e Tecnologia;
- Governança Colaborativa;
- Diálogo Social e Institucional;
- Prevenção e Racionalização de Litígios;
- Estudos e Pesquisas;
- Formação Continuada.

O Plano foi apresentado à Presidência do Tribunal em outubro de 2018, ocasião em que encaminhou-se o Ofício GPR 1233 ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ para ciência e acompanhamento. O assunto está sendo tratado no **PA SEI 0021895/2018**.

ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES

➤ Linha de Atuação: Alinhamento ao Plano Estratégico

Objetivo: Alinhar o Plano Estratégico do Tribunal aos objetivos e linhas de atuação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, de modo a orientar seus programas, projetos e ações.

Ação APE1 – Pleitear a inclusão de um membro representante do Comitê de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição – CRAP na composição da Comissão Permanente da Execução do Plano Estratégico – CPAEPE*

▪ PA SEI 0019899/2018

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP e CGGE	11/2018	<p>Concluída.</p> <p>O pleito foi apreciado na 4ª Reunião de Análise da Estratégia, em 29/11/2018.</p> <p>Após a análise, os membros do CGGE deliberaram no sentido de aguardar a reestruturação dos Comitês com o Programa de Implementação da Governança Institucional.</p> <p>Portaria Conjunta 35 de 2019: O CGGE reunir-se-á semestralmente com representantes dos comitês de apoio à governança, a fim de promover o alinhamento institucional das deliberações desses comitês.</p>

***Obs.:** Com a instituição da Política de Governança Institucional, [Resolução 2 de 2019](#), a CPAEPE foi revista e passou atuar como Comitê de Governança e Gestão Estratégica – CGGE, instituído pela Portaria Conjunta 35 de 2019.


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

Ação APE2 – Solicitar ao CGGE a elaboração de critério de priorização de projetos que considere os benefícios relativos ao Primeiro Grau de Jurisdição.

▪ **PA SEI 0019899/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP, CGGE e SEPG	11/2018	<p>Concluída.</p> <p>O pedido foi apreciado na 4ª Reunião de Análise da Estratégia, em 29/11/2018.</p> <p>Após a análise, os membros do CGGE aprovaram o pleito quanto a elaboração de critérios de priorização de projetos estratégicos benéficos ao 1º grau de jurisdição.</p>

Ação APE3 – Acompanhar o desenvolvimento e sugerir requisitos para a execução do Projeto de Criação do Cartório do Futuro.

▪ **PA SEI DO PROJETO 9894/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP, SEPG e Corregedoria	4/2020	<p>Concluída.</p> <p>O projeto estratégico foi concluído.</p> <p>Publicação da Portaria Conjunta 94 de 23 de agosto de 2018</p>


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

Ação APE4 – Monitorar e fomentar os projetos estratégicos cujos resultados impactem positivamente na atuação do Primeiro Grau de Jurisdição.

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP e SEPG	4/2020	Em andamento. O <i>Portfólio</i> Estratégico possui 16 projetos com impacto no Primeiro Grau e pode ser acompanhado no link .

Linha de Atuação: Equalização da Força de Trabalho

Objetivo: Equalizar a distribuição da força de trabalho entre primeiro e segundo graus, proporcionalmente à demanda de processos.

Ação EFT1 – Monitorar o cumprimento da Resolução 219/2016.

- **PA SEI 0022758/2018**

Solicitação: O Comitê solicitou à Administração Superior a disponibilização de cronograma para cumprimento da referida Resolução, bem como indicação de quais providências estão sendo tomadas e esclarecimentos sobre a existência de estudos para o seu cumprimento. Foi anexado ao processo análise sobre o cumprimento da referida Resolução com base nos dados estatísticos do Justiça em Números, elaborado pelo Serviço de Planejamento e Análise Estatística – SERPAE, vinculado à Secretaria Planejamento e Gestão Estratégica - SEPG.

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior, CRAP, SEG e SEPG	4/2020	Em andamento

ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

O Plano Estratégico de Gestão de Pessoas possui uma iniciativa que contempla as ações relacionadas a aplicação da Resolução CNJ 219/2016, a saber: Aprimorar a metodologia de dimensionamento, movimentação e gestão da força de trabalho.

Essa iniciativa prevê um projeto que tem como objetivo aprimorar a metodologia de dimensionamento das unidades judiciais utilizada atualmente em atendimento à Resolução 219. O projeto está em fase de planejamento.

Ação EFT2 – Sugerir à Administração Superior a transformação de cargos de auxiliar judiciário em cargos de analistas ou técnicos à medida que ficarem vagos.

- **PA SEI 0022758/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior e CRAP	4/2020	Em andamento

Ação EFT3 – Atuar pela observação da Resolução CNJ 219/2016 nos provimentos, seleções internas e eventuais movimentações, a fim de garantir o seu cumprimento.

- **PA SEI 0022758/2018**

Solicitação: O Comitê sugeriu à Administração Superior que estabeleça normatização que determine a prévia observação do grau de cumprimento da Resolução 219/2016, quando houver movimentação ou provimento de novos servidores por concurso público. No mesmo ato, foi proposto que seja criado mecanismo de bloqueio de movimentação de servidores do primeiro grau para o segundo grau sem permuta, enquanto não houver o cumprimento dos percentuais da Resolução.

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior, CRAP, SEG, SEPG e SERH	4/2020	Em andamento

Ação EFT4 – Apresentar sugestão de transformação de cargos, incremento e instalação de unidades da atividade psicossocial, com equipe multidisciplinar, ligadas às jurisdições cíveis, de família, criminais e de violência doméstica.

▪ **PA SEI 0022758/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior, CRAP e SEG	4/2020	Em andamento

➤ **Linha de Atuação: Adequação Orçamentária**

Objetivo: Garantir orçamento adequado ao desenvolvimento das atividades judiciárias de primeira instância, bem como adotar estratégias que assegurem excelência em sua gestão.

Ação AO1 – Solicitar a atualização do normativo que dispõe sobre a instituição do Comitê Orçamentário do Primeiro Grau.

▪ **PA SEI 0020711/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior e CRAP	12/2018	Concluída. Publicada a Portaria Conjunta 114 de 09 de outubro de 2018


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

➤ **Linha de Atuação: Infraestrutura e Tecnologia**

Objetivo: Prover infraestrutura e tecnologia apropriadas ao funcionamento dos serviços judiciários.

Ação IT1 – Acompanhar a expansão da gravação de audiências no primeiro grau de jurisdição.

▪ **PA SEI DO PROJETO GRAVAÇÃO DIGITAL DE AUDIÊNCIAS 1002406/2016**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP, Corregedoria e SEPG	4/2020	Em andamento 48% de realização do projeto estratégico

Ação IT2 – Sugerir a criação de canal de participação de magistrados e servidores para a proposição de melhorias em soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

▪ **PA SEI 0019892/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP, SEG e CGTI	4/2020	Em andamento

Ação IT3 – Consultar a Secretaria Geral do Tribunal sobre a compatibilidade da infraestrutura de redes e energia (geradores) de todos os fóruns para a instalação do Processo Judicial Eletrônico – PJE.

▪ **PA SEI 0019896/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
--------------	---------------------	---------------------------	----------

CRAP

CRAP, SEG
e
CGTI

11/2018

Concluída

Foram apresentados pareceres técnicos informando que os fóruns que atuam com PJe possuem infraestrutura de rede de energia elétrica dotada de equipamentos de nobreak e grupos geradores, a fim de garantirem a continuidade dos serviços referentes aos processos eletrônicos.

➤ **Linha de Atuação: Governança Colaborativa**

Objetivo: Promover a participação de magistrados e servidores na governança da instituição, favorecendo a descentralização administrativa, a democratização interna e o comprometimento com os resultados institucionais.

Ação GC1 – Monitorar a execução do Programa de Implantação da Governança Organizacional do TJDFT, prioritariamente quanto a questões atinentes ao primeiro grau de jurisdição.

▪ **PA SEI DO PROGRAMA 11240/2017**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP e SEPG	4/2020	Em andamento

No âmbito do Programa, foi instituído, por meio da Portaria GPR 2215 de 31 de outubro de 2018, o Grupo de Trabalho da Governança, composto por representantes do secretariado previamente capacitados sobre o tema.

Principais resultados:

- Política de Governança Institucional do TJDFT (Resolução 2 de 2019): estabelece a política e o sistema de governança institucional do Tribunal. A implantação da governança institucional visa elevar a qualidade da gestão adotada pela Casa com transparência, responsabilidade, prestação de contas e utilização racional dos recursos disponíveis, em consonância com a missão, visão e valores do Tribunal. A Política de Governança abrange e orienta os subsistemas de governança (contratações, pessoas e tecnologia da informação e comunicação), com isso torna-se o principal normativo interno sobre o tema.
- Plano de Implantação da Governança Institucional, que tem como objetivo estabelecer ações institucionais capazes de a curto, médio e longo prazos, aperfeiçoar e consolidar a governança do Tribunal;
- Atualização da cadeia de valor do Tribunal. Sabendo-se que o Tribunal passou por várias mudanças decorrentes da modernização tecnológica e de processos de trabalho, observou-se a necessidade de se revisar e atualizar a cadeia de valor, originalmente estabelecida em 2015.
- Identificação dos projetos capazes de melhorar o nível de maturidade da Casa em governança e gestão, que serão acompanhados no âmbito do Programa.


➤ **Linha de Atuação: Diálogo Social e Institucional**

Objetivo: Incentivar o diálogo com a sociedade e com instituições públicas e privadas, e desenvolver parcerias voltadas ao cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Ação DSI1 – CITAFIRMA: Estimular o cadastramento de empresas públicas e privadas, por meio de convênio, para aumentar o número de citações e intimações eletrônicas via PJE.

▪ **PA SEI 0020546/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Corregedoria e CRAP	9/2018	Concluído Portaria GC 140/2018 e acompanhamento do PA SEI 10621/2018


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

➤ **Linha de Atuação: Prevenção e racionalização de litígios**

Objetivo: Adotar medidas com vistas a conferir tratamento adequado às demandas de massa, fomentar o uso racional da Justiça e garantir distribuição equitativa dos processos judiciais entre as unidades judiciárias de primeiro grau.

Ação PRL1 – Promover o acompanhamento dos resultados dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania – CEJUSCs, dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania de Família – CEJUSC-FAM, e dos Centros Judiciários de Justiça Restaurativa – CEJURES em todas as circunscrições judiciárias.

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP, 2 VP, NUPEMEC e SEPG	4/2020	Em andamento

Ação PRL2 – Fomentar a edição de súmulas administrativas e jurisdicionais para garantir a celeridade, uniformidade e tratamento adequado às demandas repetitivas.

▪ **PA SEI 0022451/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP, 1 VP, SEG	4/2020	Em andamento

Ação PRL3 – Sugerir a adoção de medidas tendentes à padronização de procedimentos cartorários, com a indicação de fluxos modelos para eventual normatização e criação de uma identidade visual dos documentos.

▪ **PA SEI 0022454/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Corregedoria, CRAP e SEPG	4/2020	Em andamento

➤ **Linha de Atuação: Estudos e Pesquisas**

Objetivo: Promover estudos e pesquisas sobre causas e consequências do mau funcionamento da Justiça de primeira instância e temas conexos, a fim de auxiliar o diagnóstico e a tomada de decisões.

Ação EP1 – Propor a realização de estudo para atualizar o modelo de cartório judicial dos juízos que não serão contemplados pelo cartório do futuro.

▪ **PA SEI 0022446/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior e CRAP	4/2020	Em andamento

Ação EP2 – Solicitar e monitorar a realização de estudos para racionalização dos espaços físicos destinados à implantação dos novos cartórios do futuro.

▪ **PA SEI 0022446/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Corregedoria, CRAP e SEG	4/2020	Em andamento

Ação EP3 – Solicitar à Administração Superior estudos sobre a viabilidade de instalação do cartório do futuro em unidades judiciárias de competências diversas.

▪ **PA SEI 0022446/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior e CRAP	4/2020	Em andamento


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

Ação EP4 – Estimular a realização de estudos acerca do impacto do PJE em relação ao quantitativo de força de trabalho.

▪ **PA SEI 0022453/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior, CRAP, SEG, SEPG, SERH e CGTI	4/2020	Em andamento

Ação EP5 – Fomentar a realização de estudos acerca da continuidade dos sistemas legados, considerando a adoção do PJE.

▪ **PA SEI 0022453/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior, CRAP, SEG e CGTI	4/2020	Em andamento

Ação EP6 – Solicitar e monitorar o mapeamento das competências necessárias à atuação em unidades judiciais e de tecnologia, considerando as alterações nos processos de trabalho decorrentes da adoção do PJE.

▪ **PA SEI 0022453/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior, Corregedoria, CRAP, SEG e SERH	4/2020	Em andamento

Ação EP7 – Solicitar o desenvolvimento de leiautes que sejam compatíveis com cartórios que trabalhem somente com PJE, atentando-se para a necessidade da manutenção de espaço destinado aos juízes de direito substitutos que tenham lotação fixa.

▪ **PA SEI 0022453/2018**

ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Adm. Superior, Corregedoria, SEG e SEAP	4/2020	Em andamento

➤ **Linha de Atuação: Formação Continuada**

Objetivo: Fomentar a capacitação continuada de magistrados e servidores nas competências relativas às atividades do primeiro grau de jurisdição.

Ação FC1 – Incentivar a construção participativa do plano de capacitação da Escola de Formação Judiciária.

▪ **PA SEI 0019904/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	CRAP e Escola	4/2020	Em andamento

Despacho Escola de Formação Judiciária (outubro de 2018): Para o planejamento do ano vindouro, no que diz respeito ao 1º grau, a Escola está revisitando a pesquisa aplicada em todo o Tribunal em 2017. O estudo, realizado na intranet, oportunizou a todos os magistrados e servidores, além de identificar desafios/problemas que impactam no trabalho, sugerir os conhecimentos que poderiam ajudar a melhorar o desempenho. A riqueza de dados obtidos para os servidores da área fim, conforme anexo, levou a Escola a priorizar a oferta dos temas em 2018, uma vez que os resultados obtidos ultrapassou a capacidade de execução da Escola tanto pela quantidade como pela especificidade dos temas.

Neste momento, estamos retornando a esses dados para verificar o que poderá ser tratado em 2019. Além disso, e para atualizar o estudo, a Escola realizou três oficinas com servidores (gestores, não gestores, servidores de diferentes varas, juizados, unidades administrativas, novatos e em final de carreira) e uma com magistrados. Por meio da metodologia do World Café, os participantes foram levados a refletir e debater sobre como construir um Tribunal que melhor atenda as demandas da sociedade contemporânea e que capacitação pode contribuir nesse processo. O resultado das oficinas encontra-se em fase de análise.

Diante do exposto, consideramos que a Escola possui dados consistentes e suficientes para realizar um planejamento que atenda às necessidades do corpo funcional do Tribunal. Não obstante, a Escola está aberta para receber sugestões desse Comitê, até o dia 30 de outubro, de temas prioritários para a capacitação daqueles que atuam no 1º grau de jurisdição.


 ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

Ação FC2 – Fomentar a realização de capacitação contínua dos servidores e magistrados, observando a lacuna de competências proveniente da adoção do PJE.

- **PA SEI 0019904/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	Corregedoria, CRAP, SERH e Escola	4/2020	Não iniciado

Vide atualização na FC1.

Ação FC3 – Solicitar o desenvolvimento e disponibilização contínua de cursos de mediação e conciliação.

- **PA SEI 0019904/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	2 VP, CRAP, Escola	4/2020	Não iniciado

Vide atualização na FC1.

Ação FC4 – Solicitar o desenvolvimento de treinamento periódico voltado aos servidores lotados nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania – CEJUSCs, dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania de Família – CEJUSC-FAM, e dos Centros Judiciários de Justiça Restaurativa – CEJURES.

- **PA SEI 0019904/2018**

Responsáveis	Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CRAP	2 VP, CRAP, Escola	4/2020	Não iniciado



ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO **1º GRAU** DE JURISDIÇÃO

Vide atualização na FC1.